

## GOVERNANÇA E EXPRESSAR DOCUMENTAL, INTERFACES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NA BRAPCI

**Resumo:** A governança é um coevo e imprescindível descritor na Base Brapci da Ciência da Informação. Prontamente, o presente estudo caracteriza-se como descritivo e bibliométrico, e situa que no período de 20 anos foram indexados 105 artigos em 32 revistas científicas diversas; os anos mais produtivos foram 2019 e 2020; esse com 16 publicações e, aquele, como 15 itens documentais. Há destaque para a produtividade acadêmica feminina e, as pesquisadoras mais produtivas estão associadas à Unesp e a Embrapa. Conclui-se que a temática governança se mantém na pauta da literatura científica da ciência da informação, cingindo construtos em prol da ética, transparência e da ciência aberta.

**Palavras-chave:** Análise de serviços; equidade; biopolítica; inclusão; informetria; governança.

**Marcelo Calderari Miguel**  
Especialista em Educação Científica  
pela Universidade Federal de Minas  
Gerais.  
[marcelocalderari@yahoo.com.br](mailto:marcelocalderari@yahoo.com.br)

**Renê Gabriel Junior**  
Mestre em Gestão Pública pela  
Universidade Federal do Espírito  
Santo.  
[rjunior@sefaz.gov.br](mailto:rjunior@sefaz.gov.br)

**Rogério Zanon da Silveira**  
Doutor em Administração pela  
Universidade Federal de Minas  
Gerais. Professor Adjunto da  
Universidade Federal do Espírito  
Santo.  
[rogerio.silveira@edu.ufes.br](mailto:rogerio.silveira@edu.ufes.br)

## GOVERNANCE IN CONFIGURING APPROACHES IN INFORMATION SCIENCE: BIBLIOMETRIC STUDY IN BRAPCI DATABASE

**Abstract:** Governance is a subject indexed in the Brapci Base of Information Science. Therefore, the present study is characterized as descriptive and bibliometric, and locates that over a period of 20 years, 105 articles were indexed in 32 different scientific journals; the most productive years were 2019 and 2020; this one with 16 publications and that one with 15 documentary items. There is an emphasis on female academic productivity and the most productive researchers are associated with Unesp and Embrapa. It is concluded that the theme governance remains on the agenda of the scientific literature on information science, embracing constructs in favor of ethics, transparency and open science.

**Keywords:** Service analysis; equity; biopolitics; inclusion; infometrics; governance.

### 1 PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

A Ciência possui uma característica importante que é a confiabilidade, e para conseguir essa qualidade é necessário ter uma rígida metodologia científica. Além disso, os resultados das pesquisas científicas têm que ser submetidos aos pareceres de outros pesquisadores (MULLER, 2007). Assim, os estudos científicos, desde o início, produzem diversos documentos para divulgações dos estudos em andamento, como: anais de

congressos, artigos científicos e livros. Essas publicações são consideradas a produção científica de uma determinada área do conhecimento.

Segundo Saracevic (1996, p. 41) a Ciência da Informação é conceituada “[...] como um campo englobando, tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional, pelos problemas que propõe e pelos métodos que escolheu, ao longo do tempo, para solucioná-los [...]”. A Ciência da Informação ainda é considerada recente no Brasil e possui a interdisciplinaridade em quatro disciplinas, sendo estas: Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva e Comunicação (SARACEVIC,1996).

A CI que se faz, hoje, é “mais atenta à complexidade dos fenômenos estudados” aponta Araújo (2018, p.8), e desdobra e busca ver a imbricação entre documentos, mediações e saberes – tal atenção deslança e corrobora para a vitalidade (juízo de realidade) e a vigor de um campo empenhado com a apreensão dos problemas vivenciados no contemporâneo.

Justifica-se o estudo sobre a medição da produção científica de artigos sobre Governança – tal assunto é incipiente área biblioteconômica e ainda o desenvolvimento e a aplicação de métodos e técnicas bibliométricas (ARAÚJO, 2006) possibilita esse tema explorado por metodologias quantitativas. Além disso, são necessários mais aprofundamentos científicos e técnicos, para auxiliarem os bibliotecários e os demais profissionais que atuam nessas unidades com informação e ferramentas adequadas à gestão, à organização do acervo, à disseminação informacional dentre outros assuntos.

A análise de Germano (2016, p. 51), por exemplo, aponta que questões pontuais das pesquisas que cerceiam o tema governança abrangem um rol construído que tange a esfera da “transparência, accountability, gestão, acesso e auditoria, que são elementos afins com a área de Arquivologia [...]. Outra questão a ser destacada é a importância de se discutir governança no ambiente de trabalho”. Assim, os artigos científicos são os principais meios de comunicação formal que expõem estudos científicos com abordagens confiáveis.

Diante disso, o estudo aborda as seguintes questões de pesquisa: O assunto Governança é predominante nas revistas científicas indexadas na base de dados BRAPCI? Qual é o período que mais publicaram artigos sobre Governança nas revistas? Quais os autores mais produtivos sobre Governança nas revistas? Quais são os assuntos mais abordados nos artigos científicos sobre Governança nas revistas?

O objetivo geral desse estudo consiste em analisar a produção científica dos artigos científicos sobre Governança indexados nas revistas científicas da BRAPCI. Para atingir esse

propósito são necessários os seguintes objetivos específicos: analisar o período em que houve maior produtividade científica, identificar os autores que publicaram mais artigos científicos sobre a temática, identificar a revista científica mais produtiva sobre Governança e identificar os assuntos mais abordados nos artigos científicos sobre Governança de revistas.

## 2 A VIA GOVERNANÇA EM MÚLTIPLOS OLHARES

A governança é um conjunto de práticas que situa diversos inter-relacionamentos com a finalidade de otimizar o desempenho das instituições e proteger os direitos das partes interessadas. Este termo não se limita a apenas um único aspecto, pelo contrário, possibilita um olhar sobre várias facetas diferentes.

Correia e Amaral (2006) argumentam que:

Não há uma definição única e universal para o termo governança corporativa, embora a maioria dos teóricos que estudam esse assunto a considerem como mecanismos desenvolvidos para que a empresa seja gerenciada, dirigida e controlada em consonância com os interesses de seus *stakeholders*, principalmente financeiros.

Dentro dessa perspectiva, todas as ações, cuja finalidade seja corroborar para o melhor gerenciamento e controle da instituição são abarcados dentro do arcabouço da governança. Veremos a seguir algumas das principais abrangências para o termo.

A gestão das corporações é um dos principais temas da governança. A administração por diversas vezes se depara com conflitos de interesses entre seus stakeholders e a governança cria estratégias para resolução dessas divergências. Miranda e Amaral (2011) já traziam a tona esta questão. Para eles, no arcabouço da governança “observa-se um predomínio de abordagens cuja proposta é discutir e propor políticas para a gestão de conflitos entre administradores e acionistas (proprietários)”. Trazem também a questão da administração do risco social como um componente fundamental para as corporações e que deve ser incorporado à gestão estratégica trazendo uma perspectiva de que stakeholders não proprietários são instrumentos para se alcançar a finalidade de maximização de lucros. Desta forma, fica explícito para que administradores não devem atuar em prol de interesses de grupos específicos, mas sim, da maximização dos lucros. E a governança atua com estratégias de gestão para contornar os conflitos que podem surgir na consecução deste objetivo.

Os dados também sempre foram um insumo importantíssimo na tomada de decisões. A forma de se coletar e trabalhar esses dados foram se aprimorando no decorrer do tempo.

Hoje, a ciência da informação é a área de conhecimento que se dedica ao estudo dos dados. Para Espíndola, Salm Jr, Rosa e Juliani (2018, p. 276) atualmente, estamos permeados por dados e informações em diversas atividades cotidianas e nesse painel:

Os dados e as informações possuem um papel fundamental para a vida em sociedade, pois é por meio deles que podemos embasar nossas decisões, conhecer melhor o mundo que nos cerca, bem como adquirir conhecimento. No contexto corporativo, a maneira que os dados são gerenciados pode influenciar a agilidade, a produtividade, os custos e o tempo necessários para atender às solicitações de clientes internos e externos. Além disso, os dados possuem um importante papel na prestação de contas nas organizações com seus stakeholders e com a sociedade em geral [...]. Nesse contexto, compreende-se que os conceitos e boas práticas determinadas pela governança de dados em organizações, podem igualmente serem aplicados à sistemas de informação que realizam a coleta, armazenamento e recuperação de dados científicos [...]. A governança de dados possui também um importante papel de acompanhamento da gestão de dados na organização [...].

Outro aspecto importante da governança, se dá no fato de ela não se restringir à iniciativa privada, mas abarcar para si também a administração pública. Bertoni e Presente (2020) trabalham a construção de uma noção de governança da Administração Pública. Destacam o fato de que a necessidade de um novo modelo de gestão pública surge a partir da compreensão dos modelos pré-existentes, como destaque para a transposição do modelo burocrático de Max Weber, pautado na racionalidade jurídico-formal, para o modelo gerencial, também conhecido por *New Public Management*, que buscava aproximar a gestão pública à gestão empresarial, com foco principal na eficiência administrativa. Diante do fracasso do ‘gerencialismo’ em gerar a tão objetivada eficiência, surge um projeto de governança da Administração Pública para dar um novo direcionamento ao setor. Uma definição para esse novo modelo ainda não é uníssona e Bertoni e Presente baseiam-se em Nardes (2018, p. 137) para conceituá-lo, nas seguintes bases:

[...] o conceito de governança da Administração Pública está intimamente relacionado com a instituição de mecanismos que promovam a colaboração e a parceria entre o Estado e a sociedade, baseada na confiança, voltada para a prestação de serviços públicos de modo monitorado, controlado e com verificação de sua efetividade, para bem atender aos anseios da população e que permita a coordenação entre os órgãos da Administração Pública, a prestação de contas pelos agentes públicos e a integridade.

A Governança se pauta em vários princípios. Entre os mais importantes estão o senso de justiça, equidade no tratamento dos seus diversos interessados, a transparência nas

informações (disclosure), a prestação de contas segundo as melhores práticas de contabilidade e auditoria (accountability) e a conformidade no cumprimento das normas e regras (compliance). Esses princípios funcionam como verdadeiros pilares para governança, pois através deles ela constrói sua dinâmica.

A transparência das informações é um tema suma importância para a governança e abarca tanto o setor privado quanto o público. No setor privado a transparência é fundamental para subsidiar as decisões dos stakeholders, seja na decisão de investimento de possíveis investidores, seja na tomada de decisões administrativas por diretores, seja para conhecimento da situação da sociedade por acionistas, seja na decisão de concessão de crédito por instituições bancárias ou no fornecimento de insumos e mercadores por fornecedores dentre outros. No setor público a transparência possibilita maior informação a sociedade em geral, possibilita maior controle dos gastos públicos, a diminuição da corrupção por agentes públicos, o conhecimento sobre a alocação dos recursos públicos, entre outras vantagens. A transparência atrela-se diretamente a outro princípio da governança, o *accountability*, que se consiste numa prestação de contas eficiente.

Keunecke, Teles e Flach (2011) já apontavam a aplicação do conceito da *accountability* na gestão pública brasileira como um sinal do aumento da cidadania, pois influenciados por seus princípios muitos cidadãos tornaram-se fiscais dos direitos difusos e coletivos contribuindo de forma recíproca para os avanços deste conceito no Brasil. A prestação de contas e o controle social sobre as contas públicas começaram a integrar mais incisivamente a pauta das ações públicas.

Nas democracias consolidadas, a *accountability* opera não só, nem tanto, “verticalmente” em relação àqueles que elegeram o ocupante de um cargo público (exceto, retrospectivamente, na época das eleições), mas “horizontalmente”, em relação a uma rede de poderes relativamente autônomos (isto é, outras instituições) que têm a capacidade de questionar, e eventualmente punir, maneiras “impróprias” de o ocupante do cargo em questão cumprir suas responsabilidades (O’DONNELL, 1991, p.14).

Sem dúvida, a governança tem inúmeras vertentes (como a eletrônica<sup>1</sup>) que auxiliam no controle, fiscalização, prestação de contas, transparência, gestão, com o objetivo de trazer informação a sociedade em geral, no caso do setor público, e a seus *stakeholders*, no setor

---

<sup>1</sup> A governança eletrônica pode ser conceituada como uma instrumento de capacitação política da sociedade e fator que amplia o aumento de eficiência para o governo. Assim, visa assegurar “o acesso e a participação dos cidadãos, dentro das redes governamentais e utiliza as TIC objetivando o aumento da eficácia e da eficiência, a melhoria da qualidade na transparência e na fiscalização das ações e serviços governamentais e de outras instituições públicas” (ANDRADE, 2013, p.70).

privado. As possibilidades de alcance da governança não se limitam ao que apresentamos. Trouxemos de forma exemplificativa e não exaustiva algumas possibilidades de aplicação da governança.

## 2.1 GOVERNANÇA NA MULTIPERSPECTIVA CORPORATIVA

A governança corporativa (GC) é um conjunto de práticas de gestão que envolve diversos os relacionamentos e interagentes; proteger assim os direitos das partes interessadas e otimizar o desempenho das instituições, e entende-se que:

Com a palavra governança parece estar acontecendo um movimento de uso amplo da expressão, sem que sua utilização esteja cercada do cuidado analítico que requer. É preciso, portanto, precisar o seu significado no contexto em que é aplicado. Além disso, vale a pena destacar que governança tem aplicação em variados campos, com sentidos diferentes [...]. A governança tem um caráter mais amplo [que a governabilidade] e refere-se a ‘padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico’, incluindo-se aí ‘não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos’ [...] A governança opera num plano, englobando a sociedade como um todo (GONÇALVES, 2005, p.2-4).

Conductta e Vitoriano (2020) assinalam que oriunda do ambiente empresarial, a GC adquire novo significado quando aplicada dentro das Organizações da Sociedade Civil (OSC) – e contribuir para processo de compartilhamento do conhecimento em entidades do Terceiro Setor. Para os pesquisadores a adoção das boas práticas de monitoramento proporciona que as OSCs projetem uma visão mais positiva em relação ao mercado e aos demais membros de sua rede social e, proporciona que se ostentem “avanço no seu processo de gerenciamento administrativo e financeiro, além de agregar credibilidade e confiabilidade, tanto à imagem organizacional quanto às informações apresentadas, ampliando a respeitabilidade do setor como um todo” (CONDUTTA; VITORIANO, 2020, p. 38).

Marangoni e Petry (2021, p. 275) apontam que o conceito governança envolve um rol de ações entre o Estado e a sociedade para a busca de soluções e resultados de problemas e questões comuns e, em seu histórico traz particularidades “do modelo de administração de empresas, que foi sendo adaptado e ajustado às necessidades das políticas públicas, marcado por uma crescente presença dos atores no cenário político e social, os quais vão se adequando às especificidades dos órgãos inseridos”. Assim, GC assumi a seguinte configuração:

**Quadro 1:** Sondagem e prospectivas sobre a área da governança corporativa

GC - Dirigir, Monitorar & Incentivar.	
Princípios básicos	Transparência – disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização;
	Equidade – tratamento justo e isonômico de todos, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas;
	Prestação de contas (accountability) – é a atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.
	Responsabilidade corporativa – zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, intelectual, humano, social, ambiental) no curto, médio e longo prazo.
Origens	Ao longo do século 20, a economia mundial torna-se cada vez mais marcada pela integração aos dinamismos do comércio internacional. Já na primeira década do século 21, o tema GC tornou-se ainda mais relevante, a partir de escândalos corporativos envolvendo empresas norte-americanas como a Enron, a WorldCom e a Tyco, desencadeando discussões sobre a divulgação de demonstrações financeiras e o papel das empresas de auditoria. O congresso norte-americano, em resposta às fraudes ocorridas, aprovou a Lei Sarbanes-Oxley (SOx), com importantes definições sobre práticas de governança corporativa. Com o passar do tempo, as discussões internacionais foram fortalecidas pelas iniciativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que criaram o fórum o <i>Business Sector Advisory Group on Corporate Governance</i> .
Teoria	Em 1976, Jensen e Meckling publicaram estudos focados em empresas norte-americanas e britânicas, mencionando o que convencionaram chamar de problema de agente-principal, que deu origem à Teoria da Firma ou Teoria do Agente-Principal. Destate o sucesso da empresa situa práticas de monitoramento, controle e ampla divulgação de informações.
Primeiros códigos	As discussões envolvendo acadêmicos, investidores e legisladores, originando teorias e marcos regulatórios, avolumaram-se nos anos 1990, após os graves escândalos contábeis da década anterior, envolvendo diferentes e importantes empresas (Enron, a WorldCom e a Tyco). Em 1992 foi publicado na Inglaterra o Relatório <i>Cadbury</i> , considerado o primeiro código de boas práticas de governança corporativa. No mesmo ano, foi divulgado o primeiro código de governança elaborado por uma empresa, a General Motors (GM) nos EUA. Assim, sintomas do mesmo movimento são verificados pouco depois nos resultados de uma pesquisa realizada pelo fundo de pensão <i>Calpers (California Public Employees Retirement System)</i> , nos Estados Unidos, que constatou que mais da metade das 300 maiores companhias daquele país já tinham seus manuais de recomendações de GC.
Movimento Brasileiro	No Brasil, o movimento por boas práticas mostrou-se mais dinâmico a partir das privatizações e a da abertura do mercado nacional nos anos 1990. Em 1995, ocorreu a criação do Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), que a partir de 1999 passou a ser intitulado Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), almejando influenciar os protagonistas da nossa sociedade na adoção de práticas transparentes, responsáveis e equânimes na administração das organizações. Ainda, em 1999, o IBGC lançou o Código das Melhores Práticas de GC.
Instituição não	Conforme o Guia das Melhores Práticas de Governança para Fundações e Institutos Empresariais, ‘o aprimoramento da governança é um esforço contínuo que, no Brasil, não findou com a lei das OSCIP’, é preciso expandir ‘as boas práticas de governança para todas as organizações da sociedade civil, estabelecendo assim as bases do que poderá ser o sistema de autorregulação do terceiro setor’. O guia cita que os interagentes podem e devem adotar práticas que sirvam de exemplo para os demais, o que gera legitimidade.

Fonte: dados da pesquisa, com base em [www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa](http://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa)

Lima e Brandão (2020) revelam que o percurso da produção científica – período de 2008 a 2018 – situa um contexto do tema transparência e a Lei de Acesso à Informação (LAI) como elementos integradores e essenciais para a construção de governança alinhada com os interesses da sociedade. Merece atenção especial o fato que o governo eletrônico e a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) estão na construção explícita do Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre princípios (capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, e transparência) da política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

No Brasil, o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) apresentou (dez. 2015) um modelo<sup>2</sup> de Governança de Tecnologia da informação e comunicação (TIC) para a Administração Pública Federal (APF). Já no segundo semestre de 2020, a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, na condição de órgão central do SISP, reestruturou o Guia (orientativo e de uso opcional) de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GovTIC<sup>3</sup>), com orientações (princípios, diretrizes, práticas e condicionantes) aos órgãos e entidades pertencentes ao APF acerca da evolução da Governança de TIC em suas organizações (BRASIL, 2020).

Nesse painel, observa-se que Guimarães, Souza Neto e Lyra (2018) apontam que a que ‘segurança da informação’ é imprescindível para o sucesso e a perenidade dos negócios corporativos e, tem sido visto como condição sine qua non para se otimizar a responsabilidade da alta gestão das organizações. Ter informações seguras é integrar os demais “subconjuntos que compõem a GC, tais como Governança Financeira, Governança de Relacionamentos, Governança de Ativos, Governança de Gestão de Pessoas, entre outros, insere-se a Governança de Segurança da Informação – GovSI” (GUIMARÃES; SOUZA NETO; LYRA, 2018, p. 91).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente diagnóstico do ponto de vista de seus objetivos se rotula como um estudo descritivo, que essencialmente emprega o método quantitativo, situando ainda um painel estático de indicadores bibliométricos em relação à abordagem do problema, e, se pauta em

---

2 Em suma, o modelo expõe princípios e diretrizes a serem notados pelos órgãos e entidades pertencentes ao sistema durante a implementação e/ou evolução da governança de TIC em suas organizações governamentais.

3 Apoiar os órgãos e entidades membros do SISP no desenvolvimento e aperfeiçoamento da Governança de TIC em suas organizações (BRASIL, 2020).

torno de métricas e leis e bibliométricas – expressão e construtos acerca da produtividade de periódicos (Bradford), produtividade de autores (Lotka) e a frequência de palavras (Zipf).

O estudo descritivo, Gil (2008, p.28) assinala, usualmente é utilizado quando se deseja mapear uma dada realidade e se apoia na “[...]descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis [...]”. Nessa via, o universo da pesquisa reúne os artigos científicos indexados nos periódicos científicos que fazem parte da Brapci, contemplando um recorte sobre as duas primeiras décadas do século XXI.

Os estudos bibliométricos ampliam os entendimentos de um determinado assunto, e ajudam a demonstrar os aspectos da produtividade científica, dos autores, instituições e as revistas científicas que são destaques em uma temática (MACHADO JUNIOR *et al.*, 2016). No que tange a bibliometria é importante frisar que ela se insere na área da CI, mas é utilizada em todas as áreas do conhecimento para medir a produção científica.

Assim a bibliometria, apontam Machado Junior *et al.* (2016), como um estudo quantitativo objetiva identificar características comuns entre os artigos científicos, ou seja, possui diversas leis, com a finalidade de analisar estatisticamente os números de documentos, autores e as revistas mais produtivas de um campo científico. A escolha da base de dados Brapci, justifica-se por ser de dados abertos, sendo especializada da área de CI. Também, entende-se, em convergência como Bertin e Fortaleza (2019), que os temas governança e gestão de dados, informação e conhecimento devem ser tratados continuamente nas unidades organizacionais para que efetivamente a Política de Governança de Dados, Informação e Conhecimento (PGDIC) seja efetivamente internalizada nas instituições.

O procedimento de coleta de dados foi por meio da base Brapci, e a estratégia de busca utilizou o termo ‘governança’ com asterisco (\*) no campo título, palavra-chave e resumo. Em relação aos procedimentos de análise dos dados utiliza os seguintes campos: título do artigo, autor, coautor, ano, periódicos científicos e palavras-chave. O levantamento bibliográfico ocorreu em 25 de junho de 2021 e, foram excluídos os anais de evento da amostra que não foram publicados em periódicos científicos.

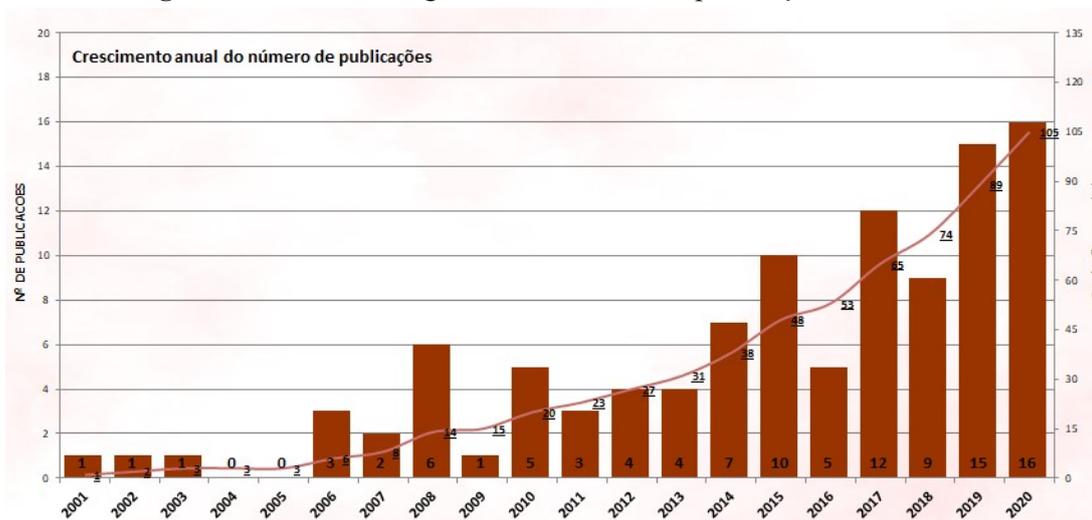
Para tabulação e sistematização dos dados coletados do estudo utilizou-se o software Microsoft Office Excel e, em seguida foi elaborado um banco de dados (Excel .xls) que originou tabelas e gráficos para interpretação dos resultados dos artigos na BRAPCI.

#### 4 EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta a produção científica dos artigos científicos sobre a temática ‘governança’ no período de 2001 a 2020. Na seguinte ordem: Artigos científicos por ano e década, produtividade dos autores, produtividade das revistas científicas e a frequência de palavras-chave.

Nota-se que a temática Governança surgiu há muitos anos, entretanto a produtividade científica ainda é pequena, principalmente nos primeiros anos em que a Brapci começou a publicar artigos nas revistas científicas sobre esta temática. A seguir a ilustração (Figura 1) apresenta a distribuição anual dos artigos publicados por ano conforme o recorte adotado nessa pesquisa.

**Figural:** Gráfico sondagem métrica anual das publicações científicas



Fonte: Dados da pesquisa com base em Brapci – jun. 2021.

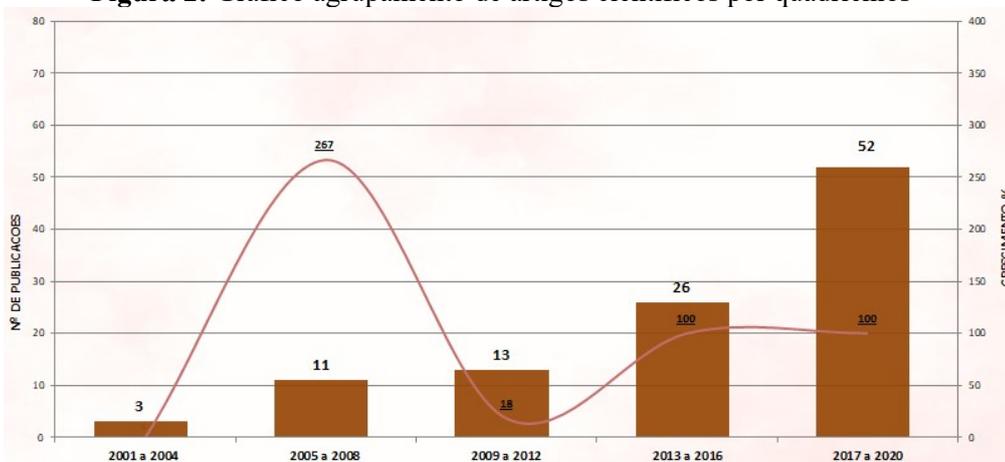
Nos anos de 1975, 1976, 1981, 1984, 1988, 1990, 1998, 2001, 2002, 2003 foram publicados somente um artigo a cada ano. 1973, 1977, 1999 e 2000 foram publicados somente dois artigos a cada período. A partir de 2004 percebe-se um aumento de publicações. Em 2004, 2006, 2009, 2011, 2012 e 2015 houve quatro publicações a cada ano. Já em 2005 foram publicados cinco artigos, 2007 três artigos publicados.

Os resultados apontam que a temática começou a ganhar destaque em 2008 com 12 artigos publicados, mas com oscilações de publicações. Os anos mais produtivos foram em 2017 e 2018 com 15 publicações a cada período.

A figura 2 apresenta a produção de artigos científicos por quadriênios, situando cinco

recorte acerca das duas primeiras décadas do século XXI.

**Figura 2:** Gráfico agrupamento de artigos científicos por quadriênios



Fonte: Dados da pesquisa, jun. 2021.

Os resultados mostram crescimento por quadriênios e, o recorte amostral com melhor indicador de crescimento no tema governança foram primeiramente em 2005 a 2008, totalizando 11 (10,48 %) produções, todavia, o período de 2017 a 2020 com 52 (49,52 %) sinaliza o quadriênio com maior acúmulo de itens documentais e manutenção do crescimento percentual.

Os periódicos da CI publicados no último quadriênio (2017-2020) tratam a governança como meio e processo capaz de produzir resultados eficazes. O meio e processo reflete em sistemas de liderança, documentação gerencial, ciência da decisão e a interação de outros mecanismos internos – conselho de administração, propriedade e incentivos gerenciais – que compartilham a lógica de se efetivar em prol do maior desempenho de uma perspectiva holística e informacional. Assim, no quadriênio (2017-2020) a governança avança e assume vários conceitos de acordo com a sua aplicação na CI, ou seja: há a governança corporativa (trata de métodos de gestão da empresa); governança ambiental (visa aos meios de preservação ambiental); governança pública (combate o suborno e à corrupção no âmbito do Estado); e-governança (*e-gov*) ou governança eletrônica (recursos da tecnologia da informação em prol da política e gestão pública); a governança participativa (formas de gestão em que há coparticipam dos diversos interagentes sociais).

Vale destacar, nessa via, que os trabalhos recém-introduzidos (2020-2021) na Brapci passam a projetar a governança em termos de equidade, economia política, biopolítica e inclusão na microhistória. *Grosso modo*, o perfil e o padrão de crescimento da produção

acadêmica do tema governança – pormenorizadamente – revela um rol de metadados de a um levantamento longitudinal de 20 anos. Como a sondagem averigua-se a composição a seguir:

**Tabela1:** Revistas científicas que publicaram artigos sobre Governança

Revista Científica ( <i>source</i> )	ISSN	Qualis	Quant.	Perc.
Informação & Sociedade: Estudos	0104-0146	A1	6	5,71%
Perspectivas em Ciência da Informação	1981-5344	A1	5	4,76%
Biblios (Lima - Peru)	1562-4730	A1	2	1,90%
Transinformação	2318-0889	A1	2	1,90%
Informação & Informação	1981-8920	A2	6	5,71%
Em Questão	1808-5245	A2	2	1,90%
Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e CI	1518-2924	A2	2	1,90%
RECIIS - Revista Eletrônica de Com. Informação & Inovação em Saúde	1981-6278	B1	12	11,43%
Liinc em revista	1808-3536	B1	9	8,57%
EPTIC (UFS): Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura	1518-2487	B1	7	6,67%
Perspectivas em Gestão & Conhecimento	2236-417X	B1	7	6,67%
Ciência da Informação	1518-8353	B1	6	5,71%
Brazilian Journal of Information Science	1981-1640	B1	3	2,86%
RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia E Ciência Da Informação	1678-765X	B1	3	2,86%
InCID: Revista De Documentação E Ciência Da Informação	2178-2075	B1	2	1,90%
Ponto de Acesso (UFBA)	1981-6766	B1	2	1,90%
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação: TPBCI - Ancib	1983-5116	B1	2	1,90%
Ágora: Arquivologia em Debate	0103-3557	B1	1	0,95%
Arquivo & Administração	0100-2244	B1	1	0,95%
PBCIB: Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	1981-0695	B1	1	0,95%
RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	1980-6949	B1	1	0,95%
AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento	2237-826X	B2	2	1,90%
Acervo: Revista do Arquivo Nacional	2237-8723	B2	1	0,95%

Cadernos BAD: Biblioteconomia, Arquivística e Documentação	0007-9421	B2	1	0,95%
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	1414-0594	B2	1	0,95%
BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	0102-4388	B3	1	0,95%
DataGramZero (Rio de Janeiro)	1517-3801	B3	1	0,95%
Inclusão Social	1808-8678	B4	5	4,76%
Informação Arquivística	2316-7300	B5	2	1,90%
Prisma.com (Portugal)	1646-3153	B5	1	0,95%
P2P & Inovação: Revista IBICT	2358-7814	C	7	6,67%
Archeion Online	2318-6186	C	1	0,95%
<b>TOTAL – 32 Revistas Científicas</b>	-	-	<b>105</b>	<b>100%</b>

Fonte: Os autores, dados recuperados na Brapci (2001/2020), jun. 2020.

Nota-se que os dez primeiros periódicos (Tabela 1) produziram 53 (50,5%) artigos; cabe destacar que sete revistas classificadas estão classificadas no Qualis Capes em A1 e A2, somando 25 (23,8%) itens documentais. Já a classificação B1 e B2 remete a um rol de 62 (59,0%) artigos científicos e 18 periódicos científicos.

Os periódicos RECIIS (1981-6278) com 12 (11,43%) publicações e a Liinc em revista (1808-3536) recuperam nove (8,6%) itens documentais indexados na plataforma Brapci; em conjunto, estas duas revistas, nas duas primeiras décadas do século XXI, agrupam 20,0% da produtividade científica (21 artigos) com o tema governança.

A temática governança se mantém em pauta nos principais veículos de comunicação, exposição e divulgação científicas na CI. No painel de análise, apresenta-se a seguir, na Tabela 2, a produção de artigos situando a composição da autoria.

**Tabela 2 - Características das publicações**

Publicações indexadas na Brapci (2001 a 2020) da CI com tema governança		
ARTIGOS: Produção documental – 105 itens	Autoria única - 1 autor	28 trabalhos (26,7%)
	Duplas - 2 autores	48 itens (45,7%)
	Trios - 3 autores	13 itens (12,4%)
	Quartetos - 4 autores	8 itens (7,6%)
	Cinco ou mais autores	8 itens (7,6%)
AUTORIA: Pesquisadores envolvidos – 221 autores	Mulheres	~ 116 autores (52,5%)
	Homens	~ 105 autores (47,5%)
	Uma publicação	204 pesquisadores

	Dois itens documentais	14 pesquisadores
	Três itens documentais	BERTIN, Patrícia Rocha Bello VALENTIM, Marta Lígia Pomim LOPES, Elaine Cristina

Fonte: os autores, dados da pesquisa jun. 2021.

Os resultados demonstram que três autores publicaram cinco artigos cada, cinco autores produziram quatro artigos. O total de publicação dos mesmos perfaz 35 artigos, ou seja, 12,4 %. Oito autores publicaram três artigos, 24 autores publicaram dois artigos e 168 autores publicaram somente um documento, totalizando 61 % do total. Desta forma, a lei de Lotka não foi aplicada, por meio dos resultados da produtividade dos autores, mas, percebe-se um pequeno número de autores que publicaram muitos artigos e uma grande taxa de autores produziram pouco, ou seja, um. Assim, a produção de autores na temática Governança que publicaram muitos artigos (12,4%) foi menor do que a proposta por Lotka, pois de acordo com o autor 20% dos autores publicam muitos artigos.

Foram identificados os três autores que publicaram mais artigos neste estudo. Assim, a primeira autora mais produtiva na temática deste estudo sobre Governança foi a professora aposentada da UFMG e pesquisadora,

PhD Elaine Cristina Lopes: Doutora em CI pelo Programa de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenadora do 'Programa Patronato' na Universidade Estadual do Paraná (Unespar - Campus de Paranaguá) e vinculado a Universidade Sem Fronteiras (USF).

PhD Marta Lígia Pomim Valentim: Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP); professora e coordenadora do Programa de PPGCI da Unesp/Marília; Ex-Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN; gestão 2016-2019).

PhD Patrícia Rocha Bello Bertin: Doutora em Gestão da Informação pela Universidade de Loughborough (Inglaterra, Reino Unido); supervisora e pesquisadora na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no setor de 'Governança da Informação e Transparência'; membro do conselho da Research Data Alliance (RDA).

Contudo, acessando o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); se recupera o quantitativo/registro de apenas quatro grupos na busca pelo termo 'Governança' na área da CI, ou seja: i) contabilidade e controladoria - desempenho econômico-financeiro, tecnologia de informação e inovação (Unicentro); ii) Infoética - estudos em epistemologia, ética e

política de informação (UFF); iii) Informação e conhecimento na sociedade contemporânea (Fumec); e iv) Informação, governança e cidadania (Unir).

Já a frequência de palavras-chave utilizadas pelos autores que publicaram nas revistas científicas da Brapci é demonstrada na ilustração (figura 3).

**Tabela 3:** Descritores utilizados nos artigos conforme a indexação na Brapci

Palavras-chave	Frequência	%
Governança	34	6,2%
Ciência da informação	24	4,4%
Administração	21	3,9%
Gestão da informação	13	2,4%
Inclusão social	11	2,0%
12 descritores diferentes	4	8,8%
11 descritores diferentes	3	6,1%
72 descritores diferentes	2	26,4%
217 descritores diferentes	1	39,8%

Fonte: os autores, dados recolhidos na Brapci (2001-2020), jun. 2021.

Destarte, encontra-se a ocorrência de 545 termos, sendo que 217 (39,8%) descritores diferentes com apenas uma repetição nesse painel de diagnóstico. Já os assuntos mais abordados com as seguintes frequências (descritores) foram: governança com 34 vezes (6,2%); ciência da informação com 24 vezes (4,4%); administração 21 vezes (3,9%), gestão da informação em 13 documentos (2,4%), e inclusão social 11 publicações (2,0%) – esses descritores correspondem no total de 18,9% do total de termos.

Na sondagem acerca das palavras-chaves mais frequentes é possível ressaltar, além dos cinco primeiros termos, dois representativos tópicos, isto é: i) as áreas e subáreas do conhecimento: Arquivologia, Biblioteconomia, Direito, Ecologia, Economia, Medicina, Planejamento urbano e regional, Saúde coletiva, Sistemas de Computação, Sociologia e outras; o ii) enfoques próprios á ‘governança’ – água, ambiental, arquivística, C&T, clínica, cibercultural, compartilhada, conhecimento, cooperativa, corporativa, dados, democrática em rede, digital, e-gov, epidemiológica, global em saúde, informacional, institucional, internet, peer, segurança da informação, tecnologia da informação, territorial entre outras. Ademais, é preciso compreender o acervo que “registra a memória genética, clínica, epidemiológica e cibercultural de um povo é patrimônio da sociedade brasileira” (ABRASCO, 2020, p.9).

## 5 EXPOSIÇÕES E ORIENTAÇÕES FINAIS

A literatura sobre governança certamente não se limita à observação de fenômenos explicitamente transnacionais, como a internet. Originado na economia neo-institucional e recebida na ciência política sobretudo por meio da literatura sobre New Public Management, o debate sobre governança se tornou um dos mais relevantes [...]. O conceito de governança parece ser exatamente o melhor indicativo semântico de que o conceito moderno de autoridade sofreu profundas transformações estruturais (HOLMES; ANASTÁCIO, 2020, p.2).

Governança é pensar em todos os atores sociais e nas transformações estruturais da infoera e, baseia-se na multissetorialista perspectiva de transformação da economia política da informação. Ademais, nota-se, ainda, que os resultados desse estudo demonstram que a temática ‘governança’, nas duas primeiras décadas do século XXI, têm sido uma constante preocupação das ciências sociais aplicadas.

O quantitativo de artigos publicados sobre governança, no âmbito da base de dados da CI, vêm evoluindo (painel de quadriênios; figura 2) e, assim, encontra-se um painel de diagnóstico que situa 32 revistas científicas indexadas na base referencial de artigos BRAPCI em termos de 105 itens documentais.

A temática começou a ganhar destaque em 2015 com 10 artigos publicados, porém ocorrem oscilações de publicações nos anos seguintes. Os dois anos como melhor quantitativo produtivo é expresso em torno de 2019 e 2020; esse, com 16 publicações e, aquele, como 15 itens documentais. Assim, é comum ver no âmbito da arquivologia o vocábulo ‘governança’ se associando e adentrando na esfera estratégia, institucional, corporativa, pública, tecnológica da gestão da informação e tecnologia de informação em saúde, de *bigdata* na governança de documentos e sistemas de arquivos em saúde. Ademais, aponta Jardim (2018, p.43), no que tange a “governança arquivística – referida à noção de governança – é marcadamente colaborativa”.

A lei de Lotka não foi aplicada, mas os autores mais produtivos nesta pesquisa foram: Elaine Cristina Lopes (Unespar), Marta Lígia Pomim Valentim (Unesp/Marília) e Patrícia Rocha Bello Bertin (Embrapa). As duas revistas científica mais produtiva com no tema governança são: i) a ‘RECIIS’ - Revista Eletrônica de Com. Informação & Inovação em Saúde (com 12 artigos); e ii) o periódico ‘Liinc em revista’ (nove itens publicados).

Cumprе assinalar que a maior parte das publicações/comunicações é realizada em duplas (48 itens, 45,7%); já o cenário sobre a relação de gênero – 116 (52,5%) são mulheres e

105 (47,5%) homens – situa correlação de equilíbrio. Totaliza-se um rol de 221 pesquisadores envolvidos como a temática da governança (2001-2020). E assim, nesse painel, se destaca que as pesquisadoras – Elaine Lopes e Marta Valentim – atuando em conjunto, constituindo núcleo de pesquisa (DGP Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional – espelhogrupo/1085813029876963) direciona estudos que tange a esfera da governança pela ótica da mediação, apresentação e disseminação da informação empresarial.

Assim, a inovação e melhores práticas de gestão abre espaço para CI debater a auditoria, *big data* e cibernética, controladoria, curadoria digital, diplomacia, documentação, economia política da comunicação, ética e transparência, gerenciamento de risco, gestão documentos e conhecimentos, inclusão social, memória social, participação e cooperação social, política (arquivística, informacional, preservacionista, externa, institucional, pública, governamental), sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Conclui-se que a temática governança se mantém em pauta na CI do Brasil, mas é muito pouco pesquisada (e explorada) pelos pesquisadores ibero-americanos quantos aos problemas relevantes nos diversos centros, produtos, serviços e unidade de informação. Destarte, o repositório de conhecimento da Controladoria-Geral da União (CGU) constituiu uma comunidade de governança <<https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/438>> que reúne as principais ações de governança realizadas pela CGU envolvendo assuntos sobre a gestão do conhecimento, gestão de processos, gestão de projetos, gestão de riscos e integridade, planejamento estratégico, programa de gestão de demandas e segurança corporativa –tópicos esses preciosos para o desenvolvimento de pesquisas/inovação na CI.

## REFERÊNCIAS

ABRASCO: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Grupo Técnico de Informação em Saúde e População-GTISP. **3º Plano Diretor Para O Desenvolvimento Da Informação E Tecnologia De Informação Em Saúde: 3º PlaDITIS 2020-2024**. ABRASCO: Campus da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: ABRASCO, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtisp/2021/05/13/3o-plano-diretor-para-o-desenvolvimento-da-informacao-e-tecnologia-de-informacao-em-saude-para-o-quinquenio-2020-2024-3o-pladitis/> . Acesso em: 17 set. 2021.

ANDRADE, Magda Maria Guimarães de. Plataforma De Relacionamento Com O Cidadão: Solução de Governança Eletrônica para a Prefeitura Municipal do Salvador. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 68-88, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4899>. Acesso em: 22 nov. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/10124>. Acesso em: 17 set. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018. Disponível em: [https://issuu.com/bibliotecadigitalesramada/docs/o\\_que\\_ciencia\\_da\\_informacao](https://issuu.com/bibliotecadigitalesramada/docs/o_que_ciencia_da_informacao). Acesso em 03 jun. 2021.

BERTIN, Patrícia Rocha Bello; FORTALEZA, Juliana Meireles. O processo de construção da política de governança de dados, informação e conhecimento da Embrapa. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 48, n. 3, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136484>. Acesso em: 29 jun. 2021

BERTONCINI, Mateus, PRESENTE, Vinícius Rafael. As Alterações dos Modelos de Gestão Estatal e uma Proposta de Conceituação de Governança da Administração Pública. **Seqüência**, Florianópolis, SC, n. 86, p. 123-147, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/78186/45366>. Acesso em: 10 ago 2021.

BRASIL. Guia de GOVTIC do SISP v2.0: Governo Digital. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/sisp/documentos/guia-de-govtic-do-sisp>. Acesso em: 1 jan. 2017.

CONDUTTA, Luís Fernando; VITORIANO, Márcia Cristina de Carvalho Pazin. Análise das práticas de governança corporativa e sua relação com o compartilhamento do conhecimento nas instituições do terceiro setor. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 2, p. 37-59, 2020. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v11i2p37-59. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/168357>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CORREIA, Laíse Ferraz, AMARAL, Hudson Fernandes. Reflexão sobre as Funções da Governança Corporativa. **REGE - Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 43-55, jan-mar 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5700/issn.2177-8736.rege.2006.36549>. Acesso em: 18 jul 2021.

COSTA, Maria Clarice Alves; SILVA, Guilherme Giacon da; SOUZA, Dércio Bernardes de; SOUZA, Mariluce Paes de. Governança ambiental em construções de hidrelétricas. **P2P e inovação**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 253-276, 2021. DOI: 10.21721/p2p.2021v7n2.p253-276. Acesso em: 25 jun. 2021. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5612>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ESPÍNDOLA, Priscilla Lüdtke, SALM JUNIOR, José Francisco, ROSA, Francisco, JULIANI, Jordan Paulesky. Governança de Dados Aplicada à Ciência da Informação: Análise de um Sistema de Dados Científicos para a Área da Saúde. **RDBCI: Revista Digital**

Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v.16, n.3, p. 274-298, set./dez. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651080/pdf>. Acesso em: 18 jul 2021.

GERMANO, Alessandra de Carvalho. A governança na arquivologia: desafios. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2016. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/42064>. Acesso em: 29 jun. 2021.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. *In*: CONGRESSO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO [CONPEDI], 14., 3-5 nov., 2005, Fortaleza. **Anais [...]**. Manaus: CONPEDI, 2005. p. 1-16. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf>.

Acesso em: 1 jul. 2021.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI/UEA, 15. 2006, Manaus. **Anais [...]**.Manaus: CONPEDI/UEA, 2006. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/68191377/conceito-governanca>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GUIMARÃES, Rogério; SOUZA NETO, João; LYRA, Mauricio da Rocha. Modelo de governança de segurança da informação para a administração pública federal. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 90-109, 2018. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/109367>. Acesso em: 29 jun. 2021.

HOLMES, Pablo; ANASTÁCIO, Kimberly. Autoridade Privada Na Governança da Internet: Regimes de nomes e domínios na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**, São Paulo, 2020, v. 35, n. 102. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/3510218/2020>. Acesso em: 29 jun. 2021.

JANSEN, Aline Castro; MAEHLER, Alisson Eduardo; WEGNER, Douglas. Cooperative Governance and the Legitimacy Dilemma: A Case Study in a Credit Cooperative.

**Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)**: RIAE, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 61-80, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/riae/article/view/10863>. Acesso em: 24 jun. 2021.

JARDIM, José Maria. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional: MJSP, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, 2018. Disponível em:

<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987>. Acesso em: 14 set. 2021.

KEUNECKE, Lucas Peter, TELES, João, FLACH, Leonardo. Práticas de Accountability: uma análise do índice de transparência nos municípios mais populosos de Santa Catarina.

**Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v.8, n16, p. 153-174, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2011v8n16p153/20049>. Acesso em: 15 ago 2021.

LIMA, Cristiane Cunha Pitta; BRANDÃO, Pâmela de Medeiros. Transparência no Campo da Administração Pública: um estudo na produção científica dos programas de pós-graduação

brasileiros. **Revista da CGU**, Brasília, v. 12, n. 21, p. 64-79, 2020. Disponível em: [https://revista.cgu.gov.br/Revista\\_da\\_CGU/article/view/83](https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/article/view/83). Acesso em: 29 jun. 2021.

MACHADO JUNIOR, Celso; SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; PARISOTTO, Iara Regina dos Santos; PALMISANO, Ângelo. As Leis da Bibliometria em Diferentes Bases de Dados Científicos. **Revista de Ciências da Administração:RCA**, Florianópolis, v. 18, n. 44, p. 111-123, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2016v18n44p111>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MARANGONI, Aline da Silva Serpa; PETRY, Oto João. New governance model: old management strategies for state schools in Santa Catarina. **Série-Estudos-Periódico** do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, p. 263-285, 2021. Disponível em: <https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1436>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MIRANDA, Rubens Augusto de; AMARAL, Hudson Fernandes. Governança corporativa e gestão socialmente responsável em empresas estatais. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, RJ, v. 45, n. 4, Ago. 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7027>. Acesso em: 12 ago 2021.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia Delegativa?. **Novos Estudos CEBRAP**, n 31, p. 25-40. 1991. Disponível em: [https://www.liderazgos-sxxi.com.ar/sitio-wordpress/wp-content/uploads/2013/07/Democracia-delegativa\\_.pdf](https://www.liderazgos-sxxi.com.ar/sitio-wordpress/wp-content/uploads/2013/07/Democracia-delegativa_.pdf). Acesso em: 15 ago 2021.